

Governo libera mensalidade escolar

BRASÍLIA — O Governo decidiu liberar os preços das mensalidades escolares, mas aumentos abusivos não serão permitidos. O Ministério da Educação está montando uma Central de Acompanhamento para vigiar os 35 mil estabelecimentos particulares de ensino no País que, desde 1969, estavam sob regime do tabelamento. O Ministro da Educação, Hugo Napoleão, chamou o novo período de "liberdade controlada".

O MEC não vai, no entanto, interferir diretamente nos preços das mensalidades das escolas particulares, explicou Hugo Napoleão. A Central registrará a denúncia, que poderá ser feita por telefone, do aumento praticado pelo colégio, quando for em nível superior aos índices inflacionários. A informação será repassada às Comissões de Encargos Educacionais dos Conselhos Estaduais de Educação, que têm a responsabilidade de fixar as mensalidades.

— Eu quero que o MEC seja mais um equilíbrio entre a liberdade que devem ter os colégios na fixação de seus preços e o direito da comunidade de manipular o seu orçamento domiciliar — disse o Ministro.

Desde a Lei de Diretrizes de Base, de 1969, quando a educação foi declarada serviço social e concessão do Estado, as escolas particulares sofreram o efetivo tabelamento do Governo. Cabia ao MEC e ao Conselho Federal de Educação a palavra final sobre o assunto. Com o Plano Cruzado e o congelamento dos preços, a fixação das mensalidades passou às Comissões de Encargos, que foram totalmente reestruturadas: Entidades estudantis, de professores e pais de alunos começaram a participar.

— Mas, com exceção do Estado de São Paulo, todas as Comissões trabalham em situação sofrível — admitiu Hugo.

A liberação das anuidades escolares só foi possível com a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Restrito (IPCR), medida do custo de vida calculado pela Fundação IBGE, a partir do Cruzado II, no final de novembro de 1986. Com o IPCR, o custo de vida começou a ser calculado com base nas despesas de quem recebe até cinco salários. Até então, o IPCA (IPC Ampliado) tinha como base orçamentos domiciliares até 30 salários.

— E claro que quem ganha até 30 salários tem condições de estudar em escolas particulares e aqueles com renda menor do que cinco pisos, não. Logicamente, as mensalidades escolares perderam peso para o cômputo da inflação — explicou um funcionário do Ministério da Fazenda.

O Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenn), Roberto Dornas, considerou a liberação a única saída para que as escolas particulares não fechem as portas. Argumentou que o Governo, estabelecendo índices únicos para os estabelecimentos, prejudicou as melhores escolas: "Alguns índices de aumento serviam para uns e não para outros. Nós mal temos condições de arcar com o aumento da folha de pagamento, quanto mais investir em equipamentos".